



Universidade de Brasília

FACULDADE UnB PLANALTINA

CIÊNCIAS NATURAIS

**GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA E
DA FAMÍLIA COMO ESPAÇOS DE DISCUSSÃO.**

AUTORA: Camila Arcanjo de Sousa Reis

ORIENTADORA: Profa. Dra. Jeane Cristina Gomes Rotta



Universidade de Brasília

Planaltina - DF

Novembro 2019

FACULDADE UnB PLANALTINA
CIÊNCIAS NATURAIS

Gravidez na adolescência: contribuições da escola e da família como espaços de discussão.

AUTORA: Camila Arcanjo de Sousa Reis

ORIENTADORA: Profa. Dra. Jeane Cristina Gomes Rotta

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora, como exigência parcial para a obtenção de título de Licenciado do Curso de Ciências Naturais, da Faculdade UnB Planaltina, sob a orientação da Profa. Dra. Jeane Cristina Gomes Rotta.

**DEDICATÓRI
A**

Planaltina - DF

Novembro 2019

Ao meu marido, Jonathan Arcanjo, pelo seu apoio e compreensão.

Aos meus sogros, Sheila e Josué, por confiarem na minha aptidão e esforço para concluir meus estudos.

Aos meus pais, Magno e Claudinéia, pela instrução, exigências e a me ensinarem a importância dos estudos.

A todos, que de alguma forma me ajudaram a concluir mais uma etapa na minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar capacidade e esperança em redigir este trabalho.

Ao meu marido e familiares que estiveram me apoiando e se preocupando comigo.

A minha orientadora pela paciência e todo consolo que recebia durante o processo do trabalho da conclusão de curso.

Aos meus companheiros da faculdade e amigos que me acompanharam nessa jornada.

“Alegrai-vos na esperança, sede pacientes na tribulação, perseverai na oração.” Romanos 12:12.

Gravidez na adolescência: contribuições da escola e da família como espaços de discussão.

RESUMO

O presente artigo refere-se a questões relacionadas à gravidez na adolescência e se

ela pode dificultar o término dos estudos nos níveis fundamental ou médio, a independência financeira e o desenvolvimento na fase da adolescência. O objetivo é permitir a observação dos docentes e responsáveis quanto aos seus papéis na vida desses adolescentes, adultos que estão continuamente presentes no dia a dia deles, mostrando a importância de suas contribuições para possibilitarem espaço de discussões sobre orientação sexual. Essa foi uma pesquisa qualitativa realizada com pessoas que tiveram gravidez precoce do sexo feminino e masculino. Os dados foram construídos a partir de entrevistas semi-estruturadas nas redes sociais. Os resultados indicaram a importância e de instrução apropriada tanto da escola como por parte dos responsáveis a fim de informar e prevenir a gravidez precoce. Nesse sentido, é essencial a formação dos educadores e a constante preparação para o desenvolvimento de conhecimento adequado com os adolescentes, para assim trazer conteúdos sem preconceitos. O docente exerce um papel importante na vida desses adolescentes, principalmente aqueles que passaram por essas dificuldades, aos quais contaram com a ajuda do professor para conseguirem terminar de estudar.

Palavras-chave: Gravidez precoce, formação de professores, sexualidade.

INTRODUÇÃO:

A pesquisa realizada neste artigo teve como ponto de partida o trabalho desenvolvido em uma escola do Paranoá no ano de 2017, nas disciplinas de Ciências e Educação Física. Na ocasião o Coordenador da escola procurou ajuda, pois a escola estava passando por situações que interferem no rendimento dos estudantes, tais como estupro, exposição de fotos íntimas e alunas grávidas. Necessitando, na época, de orientação adequada para seus estudantes, foi realizado um minicurso para os alunos do 6° ao 8° ano. O minicurso foi composto por quatro aulas, cujos os assuntos abordados foram: gravidez na adolescência, métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis (*DST*) e aborto. Nessa vivência percebi quantas situações podiam ser evitadas se os estudantes recebessem orientações adequadas, não apenas da instituição de ensino, mas também dos seus responsáveis.

A situação problema que a escola, na qual desenvolvemos o projeto vivenciou é, infelizmente, comum em nosso país. Essa realidade, pode ser reflexo de deficiência na prevenção da gravidez na adolescência, devido a programas que não trazem resultados positivos quanto a esta prevenção (Ministério da Saúde, pg. 252). Porém, para Dadoorian (2003) a solução encontrada para a redução de casos de gravidez durante a adolescência não são os programas de informação sexual, pois esse fenômeno é muito complexo e somente programas de informação sexual não seriam suficientes.

Santos e Carvalho (2006) abordaram quais são os motivos psíquicos que os adolescentes consideram para engravidar tão precocemente, apesar de terem conhecimentos de métodos contraceptivos. Para as autoras (p. 136), os adolescentes “podem utilizar a gravidez para se auto-afirmar, preencher a carência afetiva e chamar a atenção dos pais para a desestruturação da família entre outros motivos.”

O adolescente necessita de um ambiente no qual se sinta protegido e que lhe orientam mostrando ser possível realizar seus sonhos e desejos. Nesse caso, as pessoas que estejam na vida do adolescente, ou seja, a sociedade, família, profissionais de educação ou da saúde e políticas públicas (SANTOS; CARVALHO, 2006).

Pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde juntamente com o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento sobre Comportamento Sexual da População Brasileira e Percepções do HIV/AIDS consta que os jovens de 16 e 19 anos, em 1998, 61% já haviam tido relações sexuais, (SANTOS; CARVALHO, 2006). Porém adolescentes com nível maior de escolaridade tem uma taxa menor de gravidez precoce quando comparada com meninas menos escolarizadas com expectativas acadêmicas e próximos dos pais demoram mais tempo para iniciarem uma vida sexual (CARVALHO, 2006).

Santos (2014) discute que de acordo com o texto do relatório da Pesquisa do Comportamento Sexual da População Brasileira e Percepções do HIV/AIDS pode contribuir para a prevenção da gravidez indesejada e de abusos. Para a autora, é preciso ir além de apenas informar os adolescentes, havendo a necessidade de conhecer o que pensam, possibilitando assim, perceber onde estão os lapsos entre o que conhecem e como agem na prática. Portanto, é tão necessária a ação conjunta dos responsáveis e da escola para proporcionarem momentos de diálogo e reflexões sobre temas que são considerados tabus.

Nesse cenário, autores relatam que a gravidez precoce pode prejudicar a educação juvenil, levando a evasão escolar (DIAS; TEIXEIRA, 2010). Pois, nesses casos explicada por constrangimento, pela necessidade de cuidado e sustento do filho, tanto feminino quanto masculino, quando relacionada à situação de pai ou mãe na adolescência, além de muitas vezes ingressam no mercado de trabalho (DIAS; AQUINO, 2006; DIAS; TEIXEIRA, 2010).

Portanto, entendo que os professores como profissionais educadores que convivem no dia a dia com os adolescentes, poderiam auxiliar no entendimento dos

jovens sobre sua sexualidade, propiciando conhecimento sobre vivências e experiências na sexualidade, permitindo desenvolverem atitudes emancipadas responsáveis e conscientes (FARIA, 2016). Entretanto, muitas escolas ao discutirem ou informar sobre sexo e sexualidade adotam uma postura biológica e muitas vezes esporádicas sobre esses assuntos (SANTOS, 2014).

Essa postura também é relatada no artigo de Silva e Megid Neto (2006), ao discutirem que os professores, muitas vezes, indicam não possuírem formação inicial e continuada que os possibilitem abordar esses temas, considerando esse assunto numa visão unicamente biológica e, portanto, que deve ficar a cargo do professor de ciências. Faria (2016) que em seu artigo evidencia que a educação sexual precisa partir da vivência de cada adolescente e assim abrir debates e informar os dados necessário para que possam construir suas referências e decisões individuais.

Neste contexto, essa pesquisa tem como objetivo possibilitar a reflexão dos docentes e responsáveis pelos jovens sobre a importância de proporcionarem ambientes que promovam as discussões sobre a sexualidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

Adolescência

Essa fase pode ser caracterizada como uma fase de desenvolvimento do ser humano que se situa entre a infância e a idade adulta, com mudanças causadas também pelos hormônios, estrógeno e progesterona (hormônios femininos) e testosterona (hormônio masculino), que temos em nosso corpo (MAGNABOSCO; LORSCHIEDER, 2016). Pode ser também marcada pela procura de uma carreira profissional para conseguir independência de seus responsáveis, por escolhas que evidenciam seus valores e as soluções de problemas, como também, a busca pela identidade própria (SANTOS, 2014). Juntamente com seu próprio desenvolvimento afetivo com outros de sua idade, tendências individualistas nos seus interesses e metas, muitas vezes questionando as autoridades (CARVALHO; MATSUMOTO [200-]).

O adolescente, nessa faixa etária de amadurecimento se encontra pouco preparado emocionalmente para lidar com questões emocionais, físicas e econômicas

e, demonstram falta de preparo e responsabilidades para vivenciarem uma gestação nessa fase (FARIA, 2016). Porém a maioria desses jovens, de acordo com a autora, chegam a ter envolvimento sexual antes de alcançar a maturidade social, emocional e independência econômica. O que pode ser justificado pela incapacidade de pensar sobre situações hipotéticas e antecipar as consequências devidas à atividade sexual.

Apesar de serem muito variadas as causas da evasão escolar, a gravidez precoce pode, assim, resultar no abandono escolar, como também dificuldade em arrumar um emprego e ainda uma outra gravidez sem planejamento (MAGNABOSCO; LORSCHIEDER, 2016). No seu artigo, Brandão e Heiborn (2006, p.1422) abordam que “a gravidez na adolescência é apresentada como uma perturbação a trajetória do desenvolvimento juvenil, sendo algo alarmista, moralizante e normativo.” No entanto, as autoras defendem a importância de rompermos o ciclo vicioso no qual a discussão sobre este tema é realizada pela sociedade e “problematizar tal experiência à luz do processo de individualização juvenil” (p.1422). Pois, a sexualidade, mesmo sob o teto dos pais, pode ser uma maneira pela qual os adolescentes buscam adquirir gradativamente a liberdade e autonomia (BRANDÃO; HEIBORN, 2006)

De acordo com Francisco (2016) e Leão, Ribeiro e Bedin (2010) a sociedade influencia os mais jovens e é crescente o índice de gravidez precoce já que a puberdade se inicia mais cedo que o esperado, essa situação é preocupante, pois o adolescente não possui a constituição física ainda necessário para gestar um filho, correndo riscos para mãe e o bebê como também não possuem ainda condições emocionais para criar um filho. Para Carvalho e Matsumoto [200-] a mídia pode promover uma erotização do jovem e estimular a iniciação sexual precoce. Dadoorian (2003) em sua pesquisa relata que a literatura revela que houve uma maior liberação social em relação ao sexo e que adolescentes além de terem relações sexuais mais cedo, elas não se sentem preparadas para lidar com sua sexualidade. Entretanto, de acordo com a autora, apenas o conhecimento de métodos contraceptivos pela juventude não seria o suficiente para a redução dos índices de gravidez nessa fase da vida do jovem. Portanto, é preciso compreender porque as adolescentes continuam engravidando.

Pesquisa realizada por Francisco (2016) relata que a maioria dos adolescentes que participaram dessa pesquisa, afirmaram não estarem preparados para a gravidez, tendo como opinião que essa faixa etária é feita para “curtir a vida”. Pois, consideram ser um fator de risco para a saúde e temem a não aprovação dos pais.

Contudo, alguns desses adolescentes entrevistados asseguraram que é normal a gravidez na adolescência nos tempos atuais e caso não queiram é só abortar. A autora discute que a partir de algumas dessas respostas podemos observar que a adolescência não é um período adequado para se ter um filho, por não estarem psicologicamente preparados para essa responsabilidade.

Mesmo que alguns adolescentes creiam ser comum a gravidez precoce e considerem o aborto como uma opção caso não deseje essa gravidez, é preciso ter em mente que no Brasil ele é ilegal e põem em risco a vida do adolescente (FRANCISCO, 2016). Para Gomes (2006) as adolescentes de classes socioeconômicas mais favorecidas acabam decidindo pela prática do aborto como solução para uma gravidez não-planejada e “No Brasil, onde a imensa maioria dos abortos é clandestina, estimou-se, em 1989, em 130 mil o número anual dessa ocorrência em adolescentes.” (p. 14).

Portanto, a gravidez pode ser considerada como um fator que pode desestruturar a vida do adolescente e pode aumentar ainda mais a pobreza devido às dificuldades que poderão encontrar durante e depois da gravidez. Neste sentido, Santos e Carvalho (2006, p. 137) ressaltam

“A adolescência é uma fase de desorganização psíquica. O adolescente não possui ainda a capacidade de organizar os conflitos e aspectos primitivos que vêm à tona (Levisky, 1998a) e, ao lidar com seus impulsos agressivos e sexuais, ao invés de elaborá-los internamente, ele, muitas vezes os descarrega em uma ação para satisfazer os desejos imediatos.”

Taxa de natalidade entre os adolescentes

No Brasil, apesar da diminuição quanto ao número de gestantes na adolescência, comparado com outros países é uma quantidade maior que o esperado (DIAS; TEXEIRA, 2010, SANTOS, 2014). A gravidez na adolescência é um problema social, muitos casos de gravidez pertencem às classes populares, de menor renda, dificultando ainda mais a situação financeira desses adolescentes (DADOORIAN, 2003).

“Dados da Organização Mundial da Saúde apontam que a taxa mundial de gravidez na adolescência em 2016 foi estimada em 44 nascimentos para cada mil adolescentes entre 15 e 19 anos. Para as Américas, esse indicador foi estimado em 48,6/1000. Já no Brasil, dados do Ministério da Saúde indicam que essa taxa está em 56,4/1000. Embora esse dado esteja acima da média internacional, houve redução de 13% do número de nascidos vivos de mães adolescentes brasileiras entre 2010 (64,8) e 2017 (56,4). Na faixa etária de 10 a 14 anos essa taxa no período passou de 3,3 para 2,8. A participação de filhos de mães entre 15 a 19 anos em relação ao total de nascidos vivos no país também caiu de 19,3% em 2010 para 16,4% em 2017.” (SAÚDE...,2019)

Em Recife, pesquisa realizada pela Secretaria da Saúde em 2004, entre os anos de 2000 e 2003, sendo recém-nascidos 22,7% são adolescentes entre 10 a 19 anos, dentro dessa porcentagem 4,3% entre 10 e 14 anos, com aumento de 15,21% comparado com anos anteriores e 95,7% na faixa etária de 15 a 19 anos (GOMES, 2006). Já no Paraná 20,7% do total de gestantes eram adolescentes no ano de 2000, porém em Curitiba, capital do estado, houve uma queda do percentual de 16% em 2003 para 14,2% em 2010 nascidos de adolescentes entre 10 a 19 anos, esses resultados ainda são superiores ao esperado de países desenvolvidos que é inferior a 10% (TABORDA et al., 2014).

Pesquisas revelam que o Brasil, apesar de ter uma queda de casos de gravidez precoce ainda encontra-se com dados muito acima dos resultados de países desenvolvidos, o Ministério da Saúde mostra que a taxa internacional é de 49 casos a cada 1 mil de pessoas e no nosso país está cerca de 56 a cada 1 mil (site EBC, 2019), situação preocupante, pois a gravidez na adolescência é um problema para a saúde pública e de toda sociedade, dificultando a busca por uma carreira profissional e a de identidade própria, trazendo implicações negativas (Dias; Teixeira, 2010). Deve ser estudada de forma abrangente tanto na prevenção como também nos jovens pais e seus filhos (MAGNABOSCO; LORSCHIEDER, 2016).

Leão, Ribeiro e Bedin (2010) afirmam que isso pode ocorrer pela falta de informação sobre sexualidade e a insegurança dos adolescentes ao uso dos métodos contraceptivos. Porém outras pesquisas demonstram que apesar da abordagem sobre gravidez na adolescência, muitos iniciam a vida sexual, nessa faixa etária, sem nenhum método contraceptivo e que muitas vezes a gravidez precoce não é indesejada pelo adolescente (SANTOS; CARVALHO, 2006).

“Em termos sociais, a gravidez na adolescência pode estar associada com pobreza, evasão escolar, desemprego, ingresso precoce em um mercado de trabalho não-qualificado, separação conjugal, situações de violência e negligência, diminuição das oportunidades de mobilidade social, além de maus tratos infantis (Almeida, Aquino, & Barros, 2006; Dias & Aquino, 2006; Estela e cols., 2003; Fonseca & Araújo, 2004; Camiel e cols, 2006; Freitas & Botega, 2002; Gama e cols., 2002; Lima e cols., 2004; Yazlle e cols., 2002). Contudo, as relações causais estabelecidas entre evasão escolar e gravidez na adolescência são controversas (Castro, Abramovay, & Silva, 2004).” (DIAS; TEIXEIRA, 2010, p. 3).

Educação Sexual e a formação de professores

Carvalho e Matsumoto ([200-]), em seu artigo, informam a importância do papel da escola sobre educação sexual, pois é o ambiente onde o adolescente encontra situações referentes a sexualidade, através de brincadeiras, namoros, piadas e é enunciado pelos colegas e professores, continua informando que a falta de informação em casa ou nas instituições de ensino leva o adolescente a procurar outros meios, como televisão, internet e revistas.

Educação sexual envolve o processo pelo qual o adolescente passa em sua experiência de vida sobre a sexualidade, seja nas escolas, no ambiente familiar, religioso e entre a sociedade. Sendo a família a primeira forma de envolvimento com sexualidade da criança e dos adolescentes que ditam regras de comportamento e envolvimento com o próximo de forma mais adequada, assim o papel importante da família em tratar com diálogo aberto sobre orientação sexual (Carvalho; Matsumoto [200-]).

No ambiente escolar, os profissionais que atuam na instituição de uma forma ou de outra irão acabar se deparando com questões de sexualidade, pois ela está inserida no Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Seja na convivência entre os estudantes ou durante o conteúdo a ser estudado (LEÃO; RIBEIRO; BEDIN, 2010). A falta de informação que os adolescentes possuem e a precoce iniciação sexual demonstra a importância de um planejamento e execução de programas para o desenvolvimento e a formação em diferentes fases do indivíduo (Carvalho; Matsumoto [200-])

De acordo com Silva e Megid Neto (2006) Currículo escolar passou a abordar o tema da Educação Sexual entre 1920 e 1930 embasada na repressão da sexualidade, como consequência do medo de “doenças venéreas”. Os autores, anos de 1960 as primeiras experiências formais e sistematizadas de Educação Sexual ocorreram nas escolas, entretanto, com o governo militar foram extintas. Ainda de acordo com os autores em 1971, a Lei 5692/71 torna obrigatória a inclusão de Programas de Saúde o que possibilitou a abordagem de questões ligadas à sexualidade humana, pois até esse momento isto não era oficialmente permitido.

Entretanto, um documento do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1978, manifestou-se contrário à Educação Sexual no espaço escolar. Somente nos anos de 1992, devido a preocupações com o aumento alarmante dos casos de AIDS houve “a implantação, manutenção e/ou ampliação de projeto educativo de prevenção à aids nas redes oficiais e privados de ensino em todos os níveis, o que é iniciado nos anos

seguintes.” (SILVA; MEGID NETO, 2006, p.186). Os autores destacam que houve uma preocupação com a epidemiologia da doença, mas não com a Educação Sexual em si.

No entanto, somente em 1997, o tema Sexualidade e orientação sexual passou oficialmente a fazer parte da lista de temas transversais poderiam ser abordados pelos professores em sala de aula. Isto ocorre a partir da divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) decorrentes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1989 (LEÃO; RIBEIRO; BEDIN, 2010).

Apesar disso, os educadores ao tratarem sobre este tema deveria problematizar questões da sexualidade, sem evidenciar diretamente situações dos alunos, relembrando dos problemas de se tratar tal conteúdo na escola, ou seja, crenças e tabus. (LEÃO; RIBEIRO; BEDIN, 2010)

Dificultando a abordagem em sala, o que de acordo com Silva e Megid Neto (2006) pode estar relacionada a uma formação inicial e continuada que não prepara esses profissionais para tratarem a temática sexualidade, além dos aspectos biológicos. As faculdades em poderiam propor um processo formativo docente com espaços reflexivos preparam os educadores para tratarem de conteúdos transversais como Educação Sexual ou sexualidade humana nas instituições de ensino (LEÃO; RIBEIRO; BEDIN, 2010).

Santos (2014) discute que muitas escolas, ainda abordam a temática de maneira esporádica, sem planejamento de ações posteriores e sem considerar os aspectos históricos, sociais, culturais e afetivos presente nesse tema. A autora ainda relata que a partir de 2009, foi promulgada a lei 60/2009 que estabelece a Educação Sexual nas escolas. De acordo com esta lei fica estabelecido a educação sexual em meio escolar, em todos os níveis de ensino: básico e secundário. Nesse contexto, é necessário que os professores possam estar preparados para que sejam criados na escola espaços de diálogos com os adolescentes e que possibilitem ao adolescente perceberem todas as facetas de sua sexualidade (MAGNABOSCO; LORSCHIEDER, 2016)

Pois, quando o adolescente percebe sua sexualidade como processo de responsabilidade, afeto e comprometimento com o outro, ele passa a compreender que as ações preventivas adotadas em seu estilo de vida e comportamento são fatores determinantes na manutenção da sua saúde e desenvolvimento social.(s.p)

Os PCN apresentam como tema transversal a Orientação Sexual que salienta que a sexualidade precisa ser considerada como inerente à vida e à saúde e que desde cedo pode se expressar no ser humano. Além disso, enfatiza também que ela “Engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez indesejada na adolescência...” (BRASIL, 1998).

De acordo com o Currículo em Movimento do Distrito Federal deixam claro a importância das Ciências Naturais como objetivo de compreender a natureza como um todo dinâmico e o homem como agente transformador de sua realidade, (DISTRITO FEDERAL, 2019). O novo currículo aborda o conhecimento da educação sexual para o ano letivo do ensino fundamental no 1º, 6º e 8º anos iniciais, onde o professor precisa administrar o conteúdo sobre educação sexual na instituição de ensino. Houve muitas mudanças do conteúdo que o professor precisa abordar incluindo o nome de doença sexualmente transmissível (DST), sendo atualmente Infecções sexualmente transmissíveis (IST), que abrange diversas doenças infecciosas que a pessoa pode estar infectada, entretanto o indivíduo pode não manifestar a doença, já atualizado nos livros didáticos possíveis de serem usados seguindo o novo currículo.

De acordo com o Currículo em Movimento (DISTRITO FEDERAL, 2019) a ciência faz parte do desenvolvimento do homem como agente transformador do meio em que vive produzindo conhecimentos das atividades humanas dentro da sociedade, de acordo com a história, a política, a economia e a cultura que pertence. Os conteúdos abordados envolvem muitas vezes informativo, como por exemplo, órgãos sexuais, métodos contraceptivos, IST, entre outros. Mas também aborda questões pessoais como respeito, diversidade e responsabilidades.

No primeiro ano o aluno deve estudar as diversidades e semelhanças entre os indivíduos, a importância do respeito e acolhimento independente das diferenças individuais, seja elas, físicas, de gênero, da orientação sexual, étnico-raciais e de idade. No sexto ano, os alunos estudam os sistemas do organismo, isso inclui o sistema reprodutor masculino, feminino e intersexo, mudanças que ocorrem nos organismos pelos hormônios sexuais, como a puberdade. Infecções sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, o uso de métodos contraceptivos, seus efeitos no organismo,

sua eficácia e compreendem a responsabilidade pelo cuidado com o corpo e a respeitar outros indivíduos e suas diferenças, como também, as responsabilidades e o respeito de seus responsáveis.

Por último, o oitavo ano, que estudam também o sistema reprodutor, já citados acima, as mudanças do corpo causadas pelos hormônios a atuação do sistema nervoso e as glândulas que atuam no amadurecimento reprodutivo, conhecer os métodos contraceptivos, suas atuações no organismo e eficácia. Aprofundar nas infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), o conceito, agentes causadores e principais infecções contemporâneas. Há a discussão de responsabilidade e o respeito entre os indivíduos consigo mesmo e com os outros, com o corpo, com escolhas de anticoncepcionais e dos responsáveis.

Os professores precisam encontrar uma forma do estudante estar aberto a conversação para tratar este tema, dessa forma, preenchendo lacunas, ampliando e relembrando o conhecimento dos estudantes sobre sexualidade, abordando conteúdos científicos, abrindo espaços para discussões, combatendo tabus e preconceitos formando indivíduos responsáveis e conscientes de suas capacidades (LEÃO; RIBEIRO; BEDIN, 2010).

O docente apesar de estar em constante aprimoramento de conhecimento, ainda assim não se sentem preparados para lidar com temas sobre educação sexual (SILVA; MEGID NETO, 2006). Leão, Ribeiro e Bedin (2010) afirmam que há falta de cursos de formação inicial e continuada na preparação de profissionais de ensino sobre a orientação sexual, como também espaço com discussões de ideias sobre este tema. O profissional de ensino em sua formação muitas vezes não é motivado a se matricular em cursos sobre sexualidade humana e deixando de se especializar, por não se sentir à vontade de conversar ou necessidade em abranger a sexualidade na escola, pois independente da formação de licenciatura, supõe que não irá vivenciar ou se deparar com situações comportamentais sexuais dos estudantes ou eventuais dúvidas.

Magnabosco e Lorscheider (2016) que o professor, ao discutir o tema sexualidade, evite “transmitir seus valores, crenças e opiniões como sendo princípios ou verdade absoluta, prestando atenção nas dúvidas e questionamentos dos alunos.” (s.p). Pois de acordo com as autoras, o papel da escola é informar e proporcionar a reflexão sobre os tabus, preconceitos, crenças e atitudes que existam na sociedade.

Grande parte dos educadores são favoráveis para incluírem em sua formação sobre a Educação Sexual reconhecendo a necessidade de ações e intervenções educativas auxiliando no aprimoramento e preconceitos para conseguir abordar em sala de aula (SILVA; MEGID NETO, 2006).

Faria (2016) apresenta que o principal motivo da gravidez na adolescência é a falta de conhecimento sobre sexualidade, e que os programas de educação sexual trouxeram efeitos positivos, entre eles, evidenciando mais uso dos anticoncepcionais, menos parceiros sexuais e na frequência da atividade sexual.

A ausência da educação sexual se tornou um assunto preocupante por ser um problema social, já que, aumenta a quantidade de pessoas com dificuldades de conseguir empregos, porque esses adolescentes acabam possuindo baixa escolaridade, na maioria das vezes, abandonando a escola ou também seus recém-nascidos, o que de acordo com Santos e Carvalho, 2006, pode aumentar a quantidade da pobreza do país.

Para Taborda et al. (2014), apesar de encontrarem diversas dificuldades advindas das consequências de uma gravidez precoce muitos jovens pais não abandonaram seus estudos, conforme demonstrou pesquisa de Faria (2016) realizada em Portugal, que possuem mais competência no cuidado de seus filhos. Estudos de Taborda et al. (2014) em Belém do Pará, demonstrou que através de projetos e apoio, grande parte dos adolescentes permanecem nas escolas para conseguirem dar uma vida melhor aos seus filhos, sendo eles um maior motivo para continuarem seus estudos. Muitos justificam a saída da escola, pela pressão e o constrangimento de responsáveis, professores e colegas antes mesmo do bebê nascer, começando uma carreira ou mesmo cuidando do seu filho (DIAS; AQUINO, 2006).

Os docentes, formados em Ciências Naturais, poderiam estar capacitados para tratar dos assuntos referentes ao PCN, pois contém o conjunto oficial de instruções ou indicações para ensinar sobre educação sexual nas instituições de ensino, como também, partiu dele outras propostas de atuações nas escolas (LEÃO; RIBEIRO; BEDIN, 2010). A educação é o meio mais viável de oportunidades para os jovens, os responsáveis como também a sociedade devendo priorizar o futuro da criança e do adolescente contribuindo com retorno para o estado, independente dos custos (Motivos da Evasão Escolar, pg.17).

Dias e Teixeira (2010) confirma essa situação de evasão nas regiões rurais afirmando que uma quantidade relevante de gestantes na adolescência vive em condições precárias. Citando em suas pesquisas "Almeida, Aquino e Barros (2006) indicam que ambos os fatores – tanto a evasão anterior à gestação (20,5%) quanto a evasão posterior (40%) – estão associadas ao fenômeno de gestação na adolescência." (p.125) Essa pesquisa em questão tem como foco principal a questão da gravidez durante o período escolar e meios que os pais jovens tiveram para não deixarem de frequentar a escola para concluir seus estudos.

Os jovens estão conquistando sua dependência de forma mais demorada, comparando com tempos anteriores, em que a mulher também vem cada vez mais buscando ingressar no mercado de trabalho, dessa forma, a gravidez precoce dificulta ainda mais essas conquistas. A escola com o intuito de integrar os alunos na sociedade em que vive tem como obrigação não só de prestar educação de ensino para toda a criança, como também de auxiliar às adolescentes formas de evitar causas como a gravidez precoce, DST's, bullying e outras.

"As mudanças no estatuto infantil, o redimensionamento da autoridade parental, as novas normas educativas, as transformações nas relações de gênero e entre gerações compõem novo cenário social e familiar. A extensão da escolarização e dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho acentuam a dependência dos jovens em relação aos pais." (BRANDÃO; HEILBORN, 2006, p. 1)

Pode-se observar outro ponto de vista no artigo de Dias e Teixeira (2010) que a gestação na adolescência impulsiona esses jovens a correrem atrás de um futuro melhor, ou seja, os incentiva a se esforçarem e não desistirem dos estudos. O que torna a pesquisa mais ampla e imprescindível para se concluir sobre a experiência desses adultos, em contextos sociais-econômico diversos, os auxílios e os apoios que receberam para conquistarem suas carreiras e caso tenham ou não desistido da instituição de ensino buscando sempre compreender e explicar suas situações vivenciadas.

Metodologia

Essa pesquisa tem uma abordagem qualitativa que em enfoca na compreensão das experiências vividas pelos participantes. De acordo com Sampieri, Collado e Lúcio (2013), " A pesquisa qualitativa se fundamenta em uma perspectiva

interpretativa centrada no entendimento das ações de seres vivos, principalmente dos humanos e suas instituições (busca interpretar aquilo que vai captando ativamente). ” (p.34).

Para obter os dados da pesquisa foi realizada entrevistas semi-estruturadas, utilizado um questionário, com 18 questões, elaborado com propósito de se obter informações pessoais da biografia dos participantes que concordaram em assinar o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, o qual permite a informação da pesquisa a ser realizada a confidencialidade, o direito de interromper e optar por não responder questões durante a pesquisa.

Essa pesquisa buscou compreender a situação vivenciada por jovens que tiveram filhos precocemente, ainda no ensino fundamental e médio, procurando saber sobre quais foram as ajudas recebidas pelos familiares e instituições de ensino, para que esses adolescentes finalizam o ensino fundamental e médio.

A pesquisa foi realizada através do meio de comunicação por mensagens, via WhatsApp, onde o TCLE foi enviado garantindo a privacidade dos entrevistados. As perguntas foram respondidas gradativamente respeitando o tempo de cada um dos participantes. Foi realizada a pesquisa com 10 mulheres e 3 homens.

Resultados e Discussão

A partir da análise dos dados, observamos que a faixa etária dos entrevistados ao engravidarem era entre 14 e 19 anos, variando a série que cursavam entre o ensino fundamental e médio. Em relação à escolaridade dos pais dos participantes, 6 não haviam terminado o ensino fundamental e as mães possuíam superior completo, em 6 entrevistados, apenas 1 o pai possui curso superior completo e 12 dos entrevistados o pai não possuíam qualificação profissional especializada. Este fato está evidenciado na pesquisa de Carvalho e Matsumoto (200-) que discute que a baixa escolaridade dos pais, está entre os vários fatores relacionado com a ocorrência da gravidez precoce.

De acordo com a análise dos dados da pesquisa quando questionados se haviam recebido alguma orientação sobre sexualidade, 8 participantes negaram terem recebido alguma instrução sobre sexualidade, 5 responderam que houve informação e 4

peças acharam desnecessário ter tido ou receber alguma informação, pois aprenderam sozinhos. Dessa forma, 9 gestações não foram planejadas e 3 participantes afirmaram que queriam engravidar e apenas uma ficou com dúvida afirmando “mais ou menos”. Isto, está de acordo com Carvalho e Matsumoto ([200-]), que ressaltam que na ausência de informação o adolescente procura outros meios, seja na internet, televisão, etc..

Faria (2016) evidencia a importância da informação para o desenvolvimento da criança e o importante papel da escola nesse quesito, a falta da informação necessária impede a interação e estímulo da criança, no decorrer da vida, sendo importante esse desenvolvimento. Magnabosco e Lorscheider (2016) informa que no PCN (BRASIL, 1997) deixa claro o papel da escola que é quebrar tabus, preconceitos, crenças e outros, sendo assim, a educação sexual não está de fora, deve ser tratada no coletivo, ou seja, a escola, a família e outras instituições responsáveis pelos adolescentes, para que assim alcance o desejado para o crescimento do País.

A gravidez na adolescência demonstra muitas vezes a ausência de pensar de alguns adolescentes sobre as consequências dos seus atos, como também, em achar que isso não aconteceria com ele (CARVALHO; MATSUMOTO [200-]) assim como a falta de informação pode retardar o uso de anticoncepcionais, bem como, o conhecimento sobre a capacidade reprodutiva (MAGNABOSCO; LORSCHIEDER, 2016). Quando questionados se conversaram com o parceiro sobre o risco de engravidarem 6 dos participantes afirmaram que não e 7 disseram que sim. Apesar de que 4 dos entrevistados afirmaram que já sabiam os riscos, uma achava que não aconteceria com ela e outra afirmou que foi apenas uma única vez que teve a relação com o parceiro. Situações demonstradas por elas podiam ser evitadas em conversação antes de terem tido alguma atividade sexual, seja na escola ou com familiares.

Na pergunta qual foi a sua reação ao saber que estava grávida, 10 dos participantes responderam entre desesperado, assustado e perdidos, sendo que 2 ficaram felizes e 1 sem reação. Já em relação a reação da família, 8 dos participantes relataram que os pais brigaram e 5 aceitaram, apesar da preocupação. Independente da classe social, é natural os pais se preocuparem com essa situação, pois se torna mais difícil para o jovem se qualificar profissionalmente e entrar no mercado de trabalho criando mais dependência da família, refreando a aspiração de liberdade e independência (TABORDA; et al 2014). Porém nas classes populares a aceitação é mais

fácil, contrário da classe média, a qual não desejam a gravidez das filhas (DADOORIAN, 2003).

Pois, a classe média costuma compreender que a adolescência é um período voltado para o crescimento de realizações, seja profissional ou socialmente (SANTOS; CARVALHO, 2006). Assim, a gravidez acarreta na falta dessa aspiração ou a busca por esse desenvolvimento gerando o afastamento do grupo de amizade, das atividades e responsabilidades dessa faixa etária (GOMES, 2006).

Nesse contexto, o que se espelhou na minha pesquisa no quesito de mudanças e dificuldades logo após a gravidez, 12 dos participantes apresentaram ter sentido muitas dificuldades, pois tinham muitas responsabilidades, como terminar os estudos, cuidar do filho, trabalhar, amigos, em se recuperar do parto e alguns deles tiveram vergonha em ir para a escola. Um dos participantes do sexo masculino, disse que não sentiu diferença porque teve muita ajuda dos pais, então quando ia estudar os pais podiam cuidar do bebê.

Como a escola se tornou o papel principal para o adolescente aprimorar e ampliar conhecimento necessário sobre sexualidade, pois é onde passam a maior parte do tempo, é necessário ações e elaborações de materiais sobre orientação sexual adequada, ou seja, não só aspectos biológicos (GOMES, 2006). Percebi nas respostas dos entrevistados que faltou a informação por parte das instituições de ensino. Na pergunta se tiveram alguma orientação sobre sexualidade dos seus professores e qual seria essa orientação, dos entrevistados 8 responderam que sim, apesar de necessitarem de mais informação e 5 responderam na aula de biologia, porém muito superficialmente. Entre os participantes, 5 responderam que não tiveram nenhuma orientação. E perguntei também se houve algum programa sobre sexualidade na escola, 10 responderam que não, 3 responderam que sim, com palestras. Para Leão, Ribeiro e Bedin (2010) a escola é o espaço ideal para palestras e ações sociais, de acordo com especialistas, deixando claro suas obrigações para a sociedade.

A informação sobre sexualidade recai para pessoas que estão envolvidas constantemente com os adolescentes, incluindo docentes, profissional da saúde, responsáveis e o ambiente religioso, para efetuar um bom trabalho é necessária prática em grupo, forma de se comunicar abertamente e também material educativo (GOMES, 2006). Pedi a opinião da abordagem do conteúdo nas escolas e se os professores estavam preparados para transmitir o conhecimento necessário 6 dos participantes

afirmaram ser muito importante tratar do conteúdo na escola, 1 disse ser importante, mas de acordo com a idade, 1 afirmou que devia ser aprendido em casa esse assunto, 1 respondeu que é importante apesar do tabu, 1 disse que era pouco abordado e 3 não quiseram opinar. De acordo com Silva e Neto (2006) o despreparo dos docentes gera atitude de discriminação e pouca discussão, contribuindo para imposição de valores, mitos e crenças sobre sexualidade.

Nessa, pesquisa questionamos se os participantes consideravam os professores preparados para tratarem desse o conteúdo e 6 afirmaram que os professores não estavam preparados, 3 declararam que o professor estava preparado, 3 colocaram ideias como os professores não falavam sobre, que o professor não tinha suporte e que deveriam ter aprofundado mais e 1 não quis opinar.

Como a educação é uma obrigação dos responsáveis que fazem parte da vida do adolescente, a responsabilidade na teoria é obrigação primeiramente da família, apesar das brincadeiras e situações do dia a dia ainda se evita falar sobre sexualidade. Foi questionado se sentiram à vontade para participar e tirar suas dúvidas com seus professores e responsáveis sobre orientação sexual, 11 responderem não se sentirem à vontade na escola nem com os responsáveis e 2 que se sentiam à vontade. Apesar de ocorrer dificuldade de diálogo dos pais com seus filhos, é importante possuírem uma ponte de comunicação aberta de confiança para que dúvidas possam ser esclarecidas e prevenção seja feita para evitar não somente a gravidez precoce como doenças sexualmente transmissíveis (TABORDA, et al. 2014).

Quando questionados se seus responsáveis conversavam sobre sexualidade antes de terem tido algum relacionamento sexual, 10 responderam que não houve conversa sobre o assunto, 1 disse que sim, 1 afirmou ter tido essa conversa com o pai quando pequena, antes dele falecer, 1 respondeu que não sentaram e conversaram, apenas falavam. Mesmo que alguns tenham tido informação ou utilizavam algum método contraceptivos, durante a pesquisa percebi que utilizavam de forma errada e mesmo que tenha acontecido algum acidental não resolveram antes que estivesse grávida. Em relação a questão se utilizavam algum tipo de anticoncepcional durante o relacionamento, 8 responderam que sim, sendo a maioria camisinha e 5 afirmaram que não usavam nada. Dias e Teixeira (2010) afirmaram que mesmo os adolescentes conhecendo os anticoncepcionais há conflito ao uso dos métodos, pois seria uma forma de assumir e expressar a sexualidade, como também de percepção e afeto.

Em relação a questão se recebeu algum tipo de apoio da escola depois que engravidou, 8 dos participantes afirmaram que não, 1 disse que abandonou os estudos assim que engravidou, 4 afirmaram que sim, principalmente dos seus professores. Mostrando assim a importância do professor na vida do adolescente, em que não só faz sua atividade com louvor, mas também se envolvem para conseguirem sucesso profissional para seus alunos.

Foi perguntado também se receberam ajuda dos seus responsáveis para terminar os estudos, 8 dos entrevistados responderam que sim e 5 disseram que não. Dias e Aquino (2006) em seu artigo coloca que a mãe exerceu um papel importante ajudando seus filhos a terminar os estudos evidenciado durante a minha pesquisa, em que algumas meninas tiveram mais apoio da mãe e por parte da família da mesma, como também do seu (sua) companheiro (a). Apenas um dos rapazes afirmaram que teve muita ajuda dos familiares, porém os outros dois tiveram que arcar com as responsabilidades e trabalhar também. Gomes (2006) informa a situação que os adolescentes vivenciam logo após a gravidez, em que deixam de viver uma vida costumeira de adolescente para assumir a maternidade/paternidade sem estarem preparados, alguns interrompendo seus estudos, se afastando de amigos, entre outras coisas.

Quando questionados sobre quais foram suas maiores dificuldades depois da gravidez para concluir seus estudos, 2 dos participantes afirmaram nenhuma, 11 afirmaram ter tido dificuldades como conciliar tempo, com quem deixar o bebê, vergonha e cansaço. Dadoorian (2003) deixa claro que o abandono das instituições de ensino não se dá a rejeição do colégio, porém do sentimento de vergonha, preferindo está com seus filhos em casa. O participante afirmou que teve que recorrer a Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois precisava trabalhar para suprir as necessidades dos gastos do bebê, afirmou o cansaço em ir estudar, tanto que costumava faltar às aulas. Na pesquisa a maioria sentia o peso da responsabilidade e a falta de tempo, não só sentindo dificuldade na criação do seu filho, como também, na busca pela sua independência.

Por último perguntei se continuam morando com os responsáveis, 7 dos entrevistados responderam que sim, 6 afirmaram que por um tempo sim, depois saíram. Entre os participantes dessa pesquisa 5, do sexo feminino, foram morar com o companheiro (a) para que pudessem cuidar do filho, necessitando da ajuda financeira dos responsáveis, o que se evidencia no artigo de Dias e Aquino (2006) em que a

gravidez precoce motiva a união conjugal mais cedo. Um dos participantes do sexo masculino se uniu com a esposa e juntos sustentam até hoje seus filhos com sua casa própria.

Quando questionei se haviam concluído seus estudos, 3 dos participantes responderam que não, porém 10 disseram que sim, alguns utilizaram a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Me surpreendendo no resultado, apesar da maioria continuar morando com seus pais, elas conseguiram concluir o ensino básico, porém sem visão profissionalizante, confirmando o artigo de Taborda, et al. (2014) com a “menor chance de qualificação profissional”, entretanto a maioria estava empregada e ajudando em casa.

Considerações Finais

Na pesquisa realizada deixou evidente a falta de informação adequada quanto a sexualidade entre os adolescentes, ocasionando uma gravidez precoce com o uso de preservativos de forma incorreta e os riscos que geram um envolvimento sexual sem instruções. A maioria dos entrevistados afirmaram que os seus responsáveis não tratavam sobre esse assunto e evitavam a todos os custos conversas sobre esse assunto. A orientação sexual para os adolescente é responsabilidades dos pais, da escola e adultos que vivenciam com os mesmos, a informação sendo eficaz facilita na precaução da gravidez precoce, acompanhando desde cedo o desenvolvimento do filho(a) (Capítulo 5 Sexualidade, Gênero e Saúde Reprodutiva, Ministério da Saúde Saúde do Adolescente: competências e habilidades, pg. 206).

Sendo a gravidez precoce uma interrupção do desenvolvimento da fase da adolescência, trazendo mais responsabilidades que teriam normalmente (BRANDÃO; HEILBORN, 2006). A pesquisa evidenciou como a gravidez precoce prejudica o desenvolvimento da adolescência, pois 12 dos participantes declararam que tiveram algum tipo de dificuldades, por mais que tenham conseguido ajuda e apoio. Apesar de que tudo isso não impossibilitou da maioria ter concluído seus estudos, dessa forma podemos evidenciar que a gravidez precoce não é o principal motivo para a evasão, no grupo pesquisado. Aqueles que desistiram por algum motivo, se arrependem até hoje,

pois tiveram oportunidade e não deram importância na época. Deixando claro que a gravidez precoce, por mais que tenham dificuldades para concluir os estudos, não é o principal motivo para a evasão escolar.

Os participantes demonstraram a importância do papel do docente para conseguirem terminar seus estudos, aqueles que o professor estava junto o apoiando tiveram muito mais facilidades e agradecem o esforço desses profissionais de ensino. O educador tem um papel importante na vida dos seus alunos e precisa estar envolvido com os tais, ajudar a construir o conhecimento e no processo de crescimento pessoal (MAGNABOSCO; LORSCHIEDER, 2016).

Durante a pesquisa foi possível observar a ausência do desenvolvimento do conteúdo de sexualidade dentro da escola e dificuldades em meio a sociedade, como também, a falta de preparo dos docentes quanto ao conteúdo de sexualidade. Também foi evidente entre os participantes a reclamação da falta de informação adequada para os estudantes sobre orientação sexual, algo já explicitado nos Currículos escolares. Em nossa realidade sexo ainda é um tabu, mesmo que o currículo em movimento atual, trate do conteúdo desde o início do fundamental até o final, tanto na questão biológica, de respeito, responsabilidade, anticoncepcionais e doenças (Gomes, 2006), é importante tratar do conteúdo com diálogo aberto e construtivo, com a ajuda das propostas existentes nos currículos escolares, como também, o apoio da instituição e sociedade (LEÃO; RIBEIRO; BEDIN, 2010).

O educador precisa em todo momento estar se especializando e juntamente com o aluno participarem da elaboração do conhecimento, dando espaço para dúvidas e discussão do conteúdo (MAGNABOSCO; LORSCHIEDER, 2016). Estes espaços de discussão da sexualidade auxiliam não apenas os estudantes a se conhecerem e respeitarem seus corpos, evitando também doenças e bullying. Além de contribuir também para o país crescer socioeconomicamente, já que esses jovens poderão ter oportunidade de alcançar sua independência financeira, terminando suas especializações determinadas (Dias; Teixeira, 2010).

A formação do docente precisa envolver discussões quanto à orientação sexual, como também os futuros educadores buscarem cursos que suprem essa necessidade, independente da formação de licenciatura, pois mesmo um professor de matemática pode auxiliar e ser de exemplo para seus alunos. Como na pesquisa realizada, em que um dos rapazes entrevistados afirmou que se sentia à vontade para

conversar sobre o assunto com o seu professor de química. Pois, às vezes o aluno se torna mais próximo e aberto a conversar com outros professores, sem necessariamente ser o de ciências. Havendo necessidade do profissional da educação procurar se atualizar e além da formação inicial a busca por se especializar cada vez mais.

A pesquisa evidenciou realidade já explicada em diversos artigos, relatando que os pais precisam estar cientes de suas responsabilidades em auxiliar e participar ativamente da vida de seus filhos, como também apoio principalmente da escola pública, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), ajudando esses adolescentes a terminarem seus estudos, apesar do cansaço e tempo, reclamados na pesquisa por eles (MAGNABOSCO; LORSCHIEDER, 2016).

Esperamos que essa pesquisa possa possibilitar futuros estudos sobre como melhorar as discussões dessa temática nas instituições que auxiliam os adolescentes, como as escolas; seja por forma de palestras ou intervenções, auxiliando em uma melhor qualidade de vida de nossas crianças e jovens.

Portanto, acreditamos na importância de temáticas que abordem a sexualidade nas escolas e nos lares dos adolescentes, possibilitando acesso a informações esclarecedoras de experiências vividas por pais adolescentes voltadas à população jovem e outros, como docentes e responsáveis, que desejem buscar por boas instruções, no caso de pessoas que vivenciaram tais dificuldades, ou seja, uma gravidez em situações não esperadas. Para possibilitar melhores ações que ajudem não só o adolescente como o provável recém-chegado.

Bibliografia

BRANDÃO, E.R., HEILBORN, M.L. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil; **Caderno de Saúde Pública**, p.1421-1429, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Evasão no ensino médio supera 12%, revela pesquisa inédita <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/50411-evasao-no-ensino-medio-supera-12-revela-pesquisa-inedita>> Acesso em: 10 de setembro de 2018.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Gravidez na adolescência é tema da semana do Salto para o Futuro <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/221-2107596713/54951-gravidez-na-adolescencia-e-tema-da-semana-do-salto-para-o-futuro>> Acesso em: 10 de setembro de 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MECSEF, 1998.

CARVALHO, M. B.J; MATSUMOTO, L. S. Gravidez na adolescência e a evasão escolar. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1868-8.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2019.

DADOORIAN, D. Gravidez na adolescência: um novo olhar. **Psicologia: ciência e profissão**, 23(1), 84-91, 2003.

Dias, A. B.; Aquino, E. M. Maternidade e paternidade na adolescência: algumas constatações em três cidades do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 22, 1447-1458, 2006.

DIAS, A.C.G.; TEIXEIRA, M.A.P. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. **Paidéia**, v. 20 n.45, 2010.

DISTRITO FEDERAL, **Currículo em Movimento da Educação Básica**, cadernos: Pressupostos Teóricos e Caderno 1 – Anos Iniciais, SEEDF, 2013.

Francisco, M. M. L. **Abordagem do tema gravidez na adolescência: relato de experiência didática em uma turma de ensino médio**. Trabalho de Conclusão de curso. Universidade Estadual da Paraíba, Centro De Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS, Curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas. Campina Grande, 2016.

Gomes, S. M. A. Maternidade e paternidade responsáveis na adolescência. **Adolescência & Saúde**, 3, n. 3, 2006.

LEÃO, A. M. C.; RIBEIRO, P. R. M.; BEDIN, R. C. Sexualidade e orientação sexual na escola em foco: algumas reflexões sobre a formação dos professores. **Linhas**. 11, 36-52, 2010.

MAGNABOSCO, L.; LORSCHIEDER, C. A. **A prevenção da gravidez aliada ao ensino de biologia no ensino médio**. In: Ricardo Hasper; Gilian Cristina Barros; Claudia Cristina Muller. (Org.). OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE, 2016. 1ed.Curitiba: SEED, 2018, v. 1, p. 1-20.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5 edição, Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, A. D.; CARVALHO, C. V. D. Gravidez na adolescência: um estudo exploratório. **Boletim de Psicologia**, 56 (125), 135-151, 2006.

SANTOS, A. F. A. **Gravidez na adolescência: Ações compartilhadas entre escola e família.** Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização da Universidade Federal de Minas Gerais, Polo de Pompeu, Minas Gerais, 2014.

SAÚDE E MAIS TRÊS MINISTÉRIOS FIRMAM CARTA COMPROMISSO PARA PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA. Disponível em:<http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45196-saude-e-mais-tres-ministerios-firmam-carta-compromisso-para-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia>). Acesso em 20 de out. de 2019.

SILVA, R. C. P; MEGID NETO, J. Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na escola: o que mostram as pesquisas, **Ciência & Educação**, v. 12, n. 2, p. 185-197, 2006.

TABORDA, J. A.; SILVA, F. C.; ULBRICHT, L.; NEVES, E.B. Consequências da gravidez na adolescência para as meninas considerando-se as diferenças socioeconômicas entre elas. **Caderno de Saúde Coletiva**; 22, 16-24. 2014.